

A RELEITURA IDEOLÓGICA ENQUANTO ATO DESMISTIFICADOR DE IMPOSIÇÕES HEGEMÔNICAS

IDEOLOGICAL REVIEW AS THE DEMYSTIFYING ACT OF HEGEMONIC IMPOSITIONS

Rocinete dos Santos Silva¹

Rovílio de Lima Nicácio²

RESUMO:

Diante das relações ideológicas construídas historicamente, torna-se imprescindível a luta para levar o conhecimento aqueles que ainda se prendem e se rendem a uma realidade imposta colonialmente. O presente texto objetiva suscitar uma releitura sobre ideologias transpostas como “verdades incontestáveis”, alcançando dessa forma aqueles que se identificam com a resistência discursiva por meio da escrita. A pesquisa se baseou em grandes autores que dialogam teoricamente sobre as proposições temáticas, mas que o escrito se configura nas ideias de BOAVENTURA (2006) e em seu discurso de empoderamento social, pois o grande desafio é combater a uma monocultura do saber, não apenas como teoria, mas como uma prática constante no processo de estudo, de pesquisa-ação.

PALAVRAS-CHAVE: Leitura. Ideologia. Hegemonia.

ABSTRACT:

In the face of historically constructed ideological relations, the struggle to bring knowledge to those who are still trapped and surrender to a reality imposed colonially is essential. The present text aims to provoke a reinterpretation of ideologies transposed as indisputable truths, thus reaching those who identify themselves with the discursive resistance through writing. The research was based on great authors who theoretically dialogue on thematic proposals, but that the writing is configured in the ideas of BOAVENTURA (2006) and in his discourse of social empowerment, because the great challenge is to combat a monoculture of knowledge, not only as a theory, but as a constant practice in the process of study, of action research.

KEYWORDS: Reading. Ideology. Hegemony.

¹ Assessora Pedagógica – NSEE/Ensino. Núcleo da Secretária de Educação de Cruzeiro do Sul, Acre. Mestranda em Ensino de Humanidades e Linguagens – Universidade Federal do Acre. E-mail: rocinete_santos@hotmail.com

² Assessor Pedagógico – NSEE/Ensino. Núcleo da Secretária de Educação de Cruzeiro do Sul, Acre. Mestrando em Ensino de Humanidades e Linguagens – Universidade Federal do Acre. E-mail: rovilio10@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Nada mais expressivo do que relacionar o ato da leitura como oportunidade de vislumbrar fatos de forma mais analítica e crítica, diante de processos e interesses que envolvem os contextos de construção social com base na imposição de ideias tidas como verdades absolutas. O conhecimento epistemológico ganhou contornos mais valorativos com o passar das décadas, e os descobrimentos científicos cada vez mais específicos nas áreas, impregnando de “certezas” o cotidiano social, exigindo uma compreensão mais profunda das relações que são tecidas num incessante jogo de interesses e imposições.

O conhecimento deveria resultar em benefício à sociedade, independentemente da classe social vigente. Contudo, é evidente que essa mesma ciência se contradiga com base em novas informações encontradas de acordo com o objeto pesquisado, pois alimenta um mercado capitalista que sobrevive de imagens construídas por determinadas instituições e representações financeiras. É comum a manipulação midiática nesse sentido que também representa lados, desbancando a falsa noção de imparcialidade. Assim, Santos, Meneses e Nunes, (2004) colocam que:

A riqueza dos debates epistemológicos do século XVII europeu mostra que a transformação da ciência em uma única forma de conhecimento válido foi um processo longo e controverso e que para seu desfecho contribuíram, não só razões epistemológicas, mas também fatores econômicos e políticos. (SANTOS; MENESES; NUNES, 2004, p. 19)

Por outro viés, não é por acaso que a atual conjectura social vigente é fruto da imposição de ideologias tidas como verdades e naturalizadas ao longo do tempo, seja por meio de discursos ou de registros. Como exemplo, temos a exposição da verdade do colonizador, apagando a memória do colonizado, que insistiu na preservação de suas memórias, buscando meios de lutar e resistir a essa forma de exploração considerada “civilizada”. Nesse sentido, o autor Memmi (1989) diz que:

Se o pequeno colonizador defende o sistema com tanto empenho, é porque é mais ou menos seu beneficiário. A mistificação está no fato de que, para defender seus interesses muito limitados, defende outros infinitamente mais importantes, dos quais é, aliás, vítima. Mas, enganado e vítima, nisso encontra também suas vantagens (MEMMI, 1989, p. 27).

A leitura como ato questionador vem ressignificar as relações mascaradas por padrões e valorizar os conhecimentos das culturas existentes, pois o conhecimento brota da experiência,

mas também da observação ao longo dos anos, assim muitos povos guardam um grande acervo de conquistas epistemológicas, transmitido às gerações seguintes. E, neste contexto, se rememora o aniquilamento de muitos grupos e, conseqüentemente, de sua cultura diante daqueles que julgaram o seu modo de vida superior e esconderam os reais propósitos da colonização, encobrando a verdade em nome da religião.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 UM EXEMPLO DE RELEITURA: A VISÃO EUROCENTRICA COMO HERANÇA SOCIAL E A CONTRAPOSIÇÃO DO COLONIZADO.

Desconstruir visões arbitrárias exige uma permanente reflexão sobre o conhecimento epistemológico de mundo. Rer os fatos e as vertentes que interligam acontecimentos vividos permite vislumbrar as conseqüências experimentadas até os dias atuais, interligando-se com remanescentes comunidades que ainda lidam com tais efeitos.

Os parâmetros que constituem uma realidade são baseados na interação social e conseqüentemente, na linguagem construída em torno dessa história (BAKHTIN, 2006). Muitos povos tiveram como forte traço em sua composição cultural o processo de colonização, sendo a imposição de valores e de uma língua sobre a outra um fator determinante para o esquecimento das ideias que formaram aquele povoado.

Muitas dessas conquistas coloniais são exemplos reais do embate ideológico travado nas relações interdiscursivas. As relações de poder por meio da linguagem permeiam os contatos mais triviais e revela formas de dominação discursiva (BAKHTIN, 2006), como é o caso da visão hegemônica eurocêntrica, que inferiorizava os conhecimentos de determinados grupos.

Parâmetros de organização social como a escrita foram determinantes neste processo de arbitrariedade de uma cultura sobre a outra. Muitos atribuem valorização ao fato de existir um sistema grafado que permite o registro e o ensino de uma específica língua. Contudo, a existência de várias línguas e conhecimentos é transmitida em certos grupos pela oralidade, o que favoreceu o desaparecimento de várias epistemologias locais por meio de verdadeiras chacinas. Segundo Memmi (1989):

“a posse de duas línguas não é apenas a de dois instrumentos, é a participação em dois reinos psíquicos e culturais”. Ora aqui, os dois universos simbolizados, carregados pelas duas línguas, estão em conflito: são os do colonizador e do colonizado. Além disso, a língua materna do colonizado, aquela que é nutrida por suas sensações, suas paixões e seus sonhos, aquela pela qual se exprimem sua ternura e seus espantos, aquela enfim que contém a maior carga afetiva, essa é precisamente a menos valorizada [...]. No

conflito lingüístico que habita o colonizado, sua língua materna é humilhada, esmagada. E esse desprezo, objetivamente fundado, acaba por impor-se ao colonizado. De moto próprio, põe-se a afastar essa língua enferma, a escondê-la dos olhos dos estrangeiros e não parecer à vontade senão com a língua do colonizador. (MEMMI, 1989, p. 97-98)

O “dito” descobrimento da América é outra falácia, já desmistificada, e até abordada diversos livros escolares sob as visões dos dois povos (do colonizador como do colonizado), mas até esse atual quadro, a História simplesmente era transmitida apenas pelo discurso do dominador. Fato este que nos remonta à importante tarefa de questionar as naturalizadas ideologias impostas pelas da releitura dos fatos e do conhecimento de mundo. Memmi (1989) coloca que:

Se nos propomos compreender o fato colonial, devemos admitir que é instável, que seu equilíbrio está incessantemente ameaçado. Podemos transgredir com todas as situações e o colonizado pode ter a esperança de viver muito tempo. Mais ou menos rapidamente, porém, mais ou menos violentamente, pelo movimento de toda personalidade oprimida, um dia se dispõe a recusar sua insuportável existência. As duas saídas, historicamente possíveis, são então tentadas, sucessiva e paralelamente. O colonizado tenta tornar-se outro, ou reconquistar todas as suas dimensões, das quais foi amputado pela colonização. (P. 106).

Boaventura (2001) nos traz visões acerca do processo de colonização que se iniciou em meados do séc. XVI, mas que perdura até os dias de hoje sob fortes relações capitalistas. Tal situação reflete o complexo mundo dos contrastes interculturais em que o mercado de consumo é regido por quem detém o poder e impõe relações de dependência e exploração de um país considerado subdesenvolvido para manter esse mesmo mercado capitalista.

A própria produção científica é valorada e conduzida por países considerados desenvolvidos, mesmo que a matéria prima seja constituída em vizinhos territoriais ditos como emergentes. Boaventura (2006) menciona a necessidade de uma releitura dessas relações, como afirma a existência de uma crise das ciências sociais centradas na razão indolente que traduz o enrijecimento de “pseudovalor” aos chamados conhecimentos tradicionais, tão necessários quanto à epistemologia racionalista.

Boaventura (2006) ainda sugere o combate a essas ideologias por meio de releituras da realidade e menciona as “Ecologias do saber” como estratégias que iriam contra determinadas visões reducionistas, ou seja, é necessário o surgimento de novos modelos para produção do conhecimento. Um exemplo seria o conhecimento científico relativizado e mesclado com epistemologias conceituadas tradicionais ou locais.

Interessante mencionar como a Ciência se constituiu ideologicamente, ditando quais conhecimentos eram considerados válidos, uma vez que o cenário por trás deste contexto

envolvia interesses econômicos e políticos. O próprio desenvolvimento tecnológico favoreceu esse quadro ao longo dos anos, contudo, o ato de reler a História e desnaturalizar a forma como ocorreu a constituição da nação permite discussões acerca do que é conhecimento válido.

Desta forma, é pertinente abordar a crise epistemológica da ciência moderna que reside no reconhecimento de que há conhecimento para além do conhecimento científico (BOAVENTURA, 2005, p. 21-122), existindo a obrigatoriedade de reconhecer a existência de outras formas de saber, mesmo que se tente inferiorizar seu valor, chamando-o de etnociência.

A relação entre a diversidade epistemológica e a diversidade de cosmovisões que concebem o mundo de maneira plural, permite interrogar e respeitar o que não se conhece. Para Edgar Morin (2014) “a chave” está em elaborar uma nova concepção do próprio método e no lugar da simplificação e fragmentação de saberes, o autor propõe o conceito de complexidade. Este conceito considera, as incertezas e as contradições como parte da vida e da condição humana e, ao mesmo tempo, sugere a solidariedade e a ética como caminho.

2.2 A RESISTÊNCIA DE MINORIAS POR MEIO DA RELEITURA IDEOLÓGICA.

O processo de globalização é um fator que permitiu uma maior unificação de “tribos contemporâneas”, ou seja, aquelas que conjugam da mesma exclusão e mesmas consequências exploratórias se unem em prol de um único objetivo, ultrapassando dimensões territoriais. Uma conexão que permite ampliar globalmente histórias similares e que buscam reler os seus trajetos e reivindicar os direitos negados. Segundo Hall (2006), “A identidade torna-se uma celebração móvel: formada e transformada continuamente em às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam”. (HALL, 2006, p. 13).

A diversidade cultural e os saberes existentes antes do período das colonizações a determinados povos era imensurável. Atualmente, poucos grupos e minorias conseguiram resistir a este processo devastador, ao menos da forma como foi conduzido, sendo que a morte desses conhecimentos alternativos acarretou na liquidação ou subalternização desses mesmos povos, cujas práticas se assentavam em tais conhecimentos (BOAVENTURA, 2005, p. 21-122).

Uma forma de resistência à imposição ideológica é a própria escrita que muitos encontraram para ir de encontro e resgatar os conhecimentos perdidos, como a própria língua local que sofre influência dos traços linguísticos dos ditos desbravadores. As relações de imposição cultural no decorrer da história são marcadas pela exigência do explorador que praticamente obriga o nativo a deixar de falar sua língua materna. Esse acontecimento temporal

interferiu na continuidade de um legado patrimonial que foi além da cultura, mas que envolveu a perda de línguas e simbologias que simplesmente desapareceram.

No Brasil, a importância da língua indígena no processo de formação da língua como a conhecemos hoje é inegável. Os nativos apresentavam uma grande diversidade de tribos e de línguas que sucumbiram com a aniquilação de famílias indígenas inteiras e o quadro hoje de falantes que conservam a língua nativa, comparado à época do descobrimento e períodos posteriores é ínfima.

As perdas culturais oriundas do processo de colonização são tão vívidas que deixam marcas profundas na nação dominada, resultando em ideias de desvalorização racial e cultural. Boaventura (2005, p. 21-122) coloca que as relações de dominação podem ser de gênero, classe, raça e demais modos. Esse sentimento de exclusão pode gerar opressões, o colonizado internaliza a transposição ideológica, um exemplo é a predominância na fabricação de bonecos de etnia branca, gerando leituras “deslocadas” dos conceitos relativos à beleza.

Outra consequência é o deslocamento ou a sensação daqueles que deixam os seus territórios em busca da tão sonhada “vida americana de realização”. A prosperidade pregada por meio da educação atrai os que se identificam com o estereótipo, deixando as suas localidades ou não mais retornando às suas origens (BOAVENTURA, 2006). Muitos se perdem durante esse percurso, adentrando mundos obscuros, não mais conseguindo um retorno desta situação.

Por mais que se lute contra determinadas simbologias, a própria estrutura e organização social continua a reforçar tais padrões ideologicamente (BOAVENTURA, 2006). A mídia é um forte instrumento de dominação em massa. E não se deixar cair no mundo da manipulação é uma insurgência. A leitura e a releitura dessas realidades é que promovem o desvelar dos verdadeiros interesses por trás de tanta farsa em pesquisas e dados.

O papel dessas representatividades menores é imprescindível, pois contribuíram para o regresso das discussões sobre as legitimidades dos diferentes saberes e as comparações interculturais entre eles (BOAVENTURA, 2006). Uma política multiculturalista progressista que reconhece as diferenças culturais e de um modo democrático de construção.

Tais acontecimentos de insurgência às histórias ditas de forma imposta não seriam possíveis sem um trajeto de possibilidades para se reanalisar os discursos proferidos por aqueles que arbitrariamente impuseram suas verdades. O papel de instituições que possibilitaram pesquisas e estudos foi imprescindível nas abordagens atuais sobre determinadas simbologias.

3. CONCLUSÃO

O embate às ideias construídas em torno do processo histórico de algumas culturas sem dúvida requer um aprofundamento tanto com relação aos conhecimentos constituídos, como uma releitura dessas posturas e das partes envolvidas. Durante muito tempo, o que prevalecia era somente a visão do colonizador, não sendo difícil ainda hoje encontrar quem propague tal ideologia.

O embate de ideologias é visível em todos os campos sociais, por isso é importante salientar o papel da escola, que deve proporcionar um espaço de reflexão e discussão sobre essas “realidades ditas”, contribuindo para desconstruir ideologias que reforçam conceitos de valor sobre determinados povos e seus conhecimentos adquiridos milenarmente. Desta forma, os discursos em torno dessa ideologia se desmistificam e permitem às gerações vindouras uma liberdade de conceitos.

Como fato histórico, os saberes tradicionais foram submetidos a um processo reducionista, que acarretou em perdas como noções de multiplicidade e diversidade. Neste contexto, a narração a partir de posições distintas e de experiências históricas diferentes do cientista ou leigo, colonizador ou colonizado, é indispensável para que este deixe de ser a história da emergência e expansão da ciência ocidental moderna e abra caminhos para histórias globais e multiculturais do conhecimento, superando o que tem sido designado de “colonialidade do saber”.

A luta contra a diferença epistemológica também é uma luta anticapitalista, anticolonial, antissexista, para além da homogeneização imposta pela globalização hegemônica. O desafio é de luta contra uma monocultura do saber, não apenas como teoria, mas como uma prática constante no processo de estudo, de pesquisa-ação.

Assim, dar-se-á uma resposta à ciência como mercadoria que permanece como o indicador central de subordinação dos países periféricos ao do Norte, denominados desenvolvidos, sendo o mercado capitalista e os responsáveis pela sustentação dessa estrutura os responsáveis por essa manipulação. Associado a este caminho está a abertura de um diálogo entre as formas de conhecimento e de saber, que permita a emergência de ecologias de saberes, em que a ciência possa dialogar e articular-se com outras formas de saber, evitando a desqualificação mútua e procurando novas configurações de conhecimentos.

O multiculturalismo emancipatório parte do reconhecimento da presença de uma pluralidade de conhecimentos e concepções distintas sobre a dignidade humana e sobre o mundo, pois o conhecimento especializado necessita do saber leigo de alguma forma. Incluir um

princípio subjetivo ao racionalista não desqualifica a ciência, pois a ideia provém do metafísico até a sua concretização.

Importante salientar também a legitimidade e a autonomia dos cientistas e dos especialistas na tomada de decisões de assuntos considerados de sua especialidade, ao mesmo tempo em que remeteu o cidadão para um espaço de silêncio, ao atribuir-lhe o estatuto de mero observador e consumidor da ciência. Desta forma, desqualifica-se completamente esse saber milenar, ou aqueles que recorriam a estes conhecimentos provindos da observação de uma realidade.

Enfim, a ética no uso da ciência é um aspecto direcionado àquele que a manipula, no caso, o ser humano, que por meio de seus interesses não prima pela coletividade social. E os resultados são os mais imprevisíveis possíveis. Grandes empresas visam o lucro acima do bem-estar, adiando a possibilidade de uma comunidade local, nacional ou mundial mais igualitária e menos preconceituosa.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 12 ed. São Paulo: 2006.

HALL, Stuart. A identidade Cultural na Pós-Modernidade. DP&A editora, 2005. MEMMI, Albert. **Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

MEMMI, Albert. **Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. Trad. Eloá Jacobina. 21ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo: Cortez, 2006.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 21-122.

SANTOS, Boaventura; Meneses, Maria Paula G.; Nunes, João Arriscado (2004), **“Introdução: para Ampliar o Cânone da Ciência: a Diversidade Epistemológica do Mundo”**, in Boaventura de Sousa Santos (org.) **Semear outras soluções: Os caminhos da Biodiversidade e dos Conhecimentos Rivais**. Porto: Edições Afrontamento, 19-101.

Data de submissão: 03/08/2020

Data de aprovação: 24/09/2020